



Cidade: Olinda/PE

Data: 20 de agosto de 2025

Local da realização da atividade: Mercado Eufrásio Barbosa – Teatro Fernando Santa Cruz, na programação da 18ª Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco

Mediação e Relatoria*: Lívia Moraes (IPHAN-PE) e Lana Monteiro (Fundarpe)

Desafios	Oportunidades
Fortalecimento das instâncias municipais de cultura. Combater a idéia de cultura como ações pontuais, ligadas a ciclos festivos E1	Instituir políticas públicas municipais sólidas e perenes, evitando descontinuidades e garantindo fomentos E1
	Fortalecer as instituições de cultura nos municípios, dotando-as da logística necessária ao seu funcionamento, equipe técnica capacitada e orçamento condizente com suas funções. E1
Presença de gestores sem experiência e formação nos cargos públicos de chefia e coordenação E1	Formar ou eleger gestores com mais qualificação e conexão com cargos da área cultural, principalmente no âmbito estadual e municipal E1
Ações do Legislativo, como emendas parlamentares, direcionam ações culturais desconectadas das ações do executivo E1	Diminuir poder e influência do legislativo na execução das políticas culturais E1
Burocracia e complexidade no acesso aos editais de fomento E3	Disponibilizar cursos e oficinas sobre elaboração de projetos socioculturais E2
Dificuldade na elaboração de projetos pelos agentes culturais E3	Promover cursos de capacitação em elaboração de projetos E3
Ausência de informações sobre o contexto das políticas culturais locais E1	Promover estudos e levantamentos sobre as realidades locais das políticas culturais nos municípios do estado para que sejam implementadas ações mais condizentes com as realidades dessas regiões E1
	Realizar Cadastro de artistas e agentes culturais pelas prefeituras E2
Parcos recursos orçamentários para desenvolver a implementar políticas e ações culturais; Ausência de sistemas locais de cultura com baixo orçamento para seu funcionamento E1	Aumentar o orçamento da área cultural. Elaborar relatórios que demonstrem e justifiquem a necessidade de maior orçamento para essa área. E3
Ausência de informações sobre o funcionamento da proveniência e do repasse dos recursos públicos na área da cultura E1	Esclarecer/Compreender como o repasse de recursos é realizado entre os entes federativos. Criar um fundo municipal gestado pelos entes federativos promovendo o repasse desse orçamento entre as esferas de poder E3

Monumentos históricos sofrem com abandono e impedimento de sua fruição/visitação E2	Fornecer condições para funcionamento dos equipamentos culturais, principalmente das cidades históricas (tombadas). Manter as condições de visitação dos monumentos históricos E2
	Investir em educação patrimonial para socializar as intervenções e obras no patrimônio edificado, aproximando a população desse tipo de patrimônio E2
A Cultura ainda é compreendida como festa, shows e espetáculos, principalmente no âmbito municipal. E1	Promover turismo cultural nas cidades históricas para além das festividades, carnavalescas, juninas e natalinas E3
Cultura e Turismo são áreas diferentes e devem ser complementares E1	Promover a integração entre cultura e turismo para promover maior difusão e salvaguarda do patrimônio cultural E1
Políticas de preservação não alcançam os bens culturais materiais locais e rurais E2	Fortalecer as políticas de preservação nos municípios e nos territórios. Compreender e contemplar o patrimônio rural E2
Dificuldade de reconhecimento e preservação do patrimônio rural (longe da capital) E2	Elaborar ações específicas de proteção dos bens culturais rurais (bens naturais, paisagísticos e arqueológicos), levando em consideração suas especificidades e fragilidades (isolamento) E2
Desconexão entre políticas culturais e políticas de segurança pública E1	Promover a segurança dos monumentos dos sítios históricos e cidades tombadas e também da fruição turística pela população desses espaços, para além das épocas festivas (alta estação) E1
Patrimônio local e regional pouco difundido E2	Promover mais divulgação sobre os patrimônios locais, rurais, e as histórias locais municipais E2
Ausência de articulação entre as políticas desenvolvidas pelas vinculadas do Ministério da Cultura E1	Integrar ações de Patrimônio cultural e política de reconhecimento dos quilombos (Fundação Palmares, por exemplo) E2
Fragilidade na gestão dos edifícios históricos tombados E1	Promover gestão compartilhada dos bens culturais materiais, pois o patrimônio edificado não sobrevive sem vivência de pessoas no território. Elaboração de Planos de Salvaguarda e Termos de Cooperação também para sustentabilidade dos bens edificados E1
Sítios Históricos ainda são bastante inacessíveis para parcelas da população E2	Promover, aumentar e garantir a efetividade da acessibilidade na fruição dos sítios históricos com as atuais tecnologias (elevadores, carrinhos motorizados...), não só na sua circulação mas também na chegada e saída do seu perímetro. E2
Ampliação da compreensão sobre acessibilidade E2	Convergir preservação das cidades históricas e dos bens materiais e acessibilidade (PCD, idosos, cadeirantes, neurodivergentes, pessoas com fibromialgia, etc), E2
Participação social ainda incipiente nas políticas culturais E2	Promover mais espaços participativos de gestão para integração efetiva e diálogo com a sociedade para preservação do patrimônio cultural em todas as suas tipologias E2
	Promover mais ações de inventários participativos para aproximar população das suas referências culturais E2

Agentes culturais ainda são vistos como informais E3	Reconhecer o trabalho cultural (formal e remunerado) dos agentes que promovem a cultura e o patrimônio. Cultura e patrimônio não são apenas fruição, mas precisam ser considerados trabalho remunerado. E3
Desvalorização dos trabalhadores da cultura e dos valores pagos pelas suas apresentações E2	Equalizar cachês de apresentações, levando em consideração os custos do trabalho de produção das expressões culturais; Realizar estudos sobre a cadeia produtiva dessas expressões, demonstrando os altos custos de suas realizações. E2
Ausência de conhecimento e dados sobre os custos de produção das formas de expressão E3	Promover Estudos de economia do patrimônio cultural, principalmente dos bens de natureza imaterial E3
As informações sobre as atividades culturais não circulam efetivamente entre os entes federativos E1	Promover a permeabilidade das informações culturais entre os entes federativos. Criar uma rede de circulação e compartilhamento de dados, documentos e informações específicas da área do patrimônio cultural. E1
	Gerenciar (digitalizar) e compartilhar as informações dos Arquivos Públicos municipais entre esses espaços, disponibilizando-os a população. E2
	Fortalecer os espaços de guarda de documentação sobre patrimônio cultural E2
Desconexão entre política cultura e política de meio ambiente E1	Articular políticas ambientais e culturais também no âmbito municipal e estadual E1
Dificuldade de acesso aos editais, devido a burocracia dos mesmos E3	Promover apoio jurídico e administrativo para que artistas e agentes culturais acessem editais de fomento com maior efetividades, evitando intermediários e fazendo o recurso chegar a quem realmente trabalha e necessita. Iphan-PE e Fundarpe devem mobilizar municípios sobre a importância dessas ações. E3
Vulnerabilidade das bandas sinfônicas nos municípios: ausência de incentivos e recursos. E3	Pensar e desenvolver ações de inventário, reconhecimento e valorização das bandas sinfônicas nos municípios, onde possuem uma grande importância para a cultura local e a população. E2

*Devido ao formato adotado para a realização das escutas do “Andanças do Patrimônio Cultural” em Pernambuco, os desafios e oportunidades não puderam ser coletados por eixos.